

Ata N.º	03/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA DA ATA N.º 03/2017 DE 30 DE JUNHO DE 2017

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a terceira sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de junho do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária -----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Marins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à sessão os membros Srs. Pedro Alexandre Afonso de Sousa, António Manuel Rodrigues Coelho, Rosa Maria Carvalho dos Santos e Mário Jorge Martinho Morgado. -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos, eram catorze horas e dez minutos:-----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Correspondência recebida no período compreendido entre 28 de abril e 30 de junho de 2017.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão.-----

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal à Sessão do Órgão Deliberativo:**-----

----- **Sr. António Manuel Rodrigues Coelho**, por e-mail registado em 29 de junho de 2017, comunica que por se encontrar no estrangeiro não poderá comparecer à sessão hoje, dia 30 de junho e solicita a justificação da respetiva falta.-----

----- **Sr. Pedro Alexandre Afonso de Sousa**, por requerimento registado em 29 de junho de 2017, comunica que por motivos de ordem profissional não pode comparecer à sessão de hoje, dia 30 de junho e solicita a justificação da ausência.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar os pedidos e justificar as respetivas ausências. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros, cujas declarações se transcrevem: -----

----- O José Manuel Correia Alves, questionou e alertou, mais uma vez para a questão do não funcionamento da ETAR da Póvoa.-----

----- Em seguida propôs que a assembleia aprovasse um voto de pesar pelas vítimas do incendiado florestal de Pedrógão Grande, cujo texto integral será transcrito no texto definitivo da ata. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um voto de pesar pelas vítimas do trágico incêndio que ocorreu recentemente na Região de Leiria, ferindo duzentas pessoas e no qual sessenta e quatro perderam a vida.-----

Ata N.º 03/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Dado não haver mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder à intervenção do Sr. José Manuel Correia Alves. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de abril de 2017**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 28 de abril do ano de dois mil e dezassete. -----

----- O Sr. Diogo Martins Cardoso, Ilídio Silva Ferreira, e Jorge Manuel Silva Cerdeira não participaram na discussão e votação da ata dado não terem estado presentes daquela reunião.-----

----- **b) Maria Clara de Lacerda Moraes Coutinho, do Touro** – Por requerimento registado no dia 18 de maio de 201, solicita a legalização de um pavilhão destinado à atividade pecuária de cunicultura (produção de coelhos), sito no Lugar de Passarinho, na freguesia do Touro, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Processo n.º 43/2017 – Informação n.º PL-122, de 22 de maio de 2017 – Proposta de 23 de maio de 2017, do Sr. Presidente da Câmara, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 02-06-2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia dois de junho de 2017, do seguinte teor integral.-----

“Considerando que:

1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi aprovado um Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (doravante RERAE), que definiu o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

2. *Aquele regime entrou em vigor em 2 de janeiro de 2015, mantendo-se válido para os pedidos de regularização, alteração ou ampliação previstos no referido RERAE, desde que apresentados no prazo de um ano a contar daquela data, conforme estabelecido no n.º 1 do seu artigo 3.º.*

3. *Entretanto foi publicada a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, entrada em vigor em 24 de julho de 2016, que prorrogou por mais um ano, a contar desta data, e com efeitos retroagidos a 2 de janeiro de 2016, o prazo previsto no n.º 1 do referido artigo 3.º do RERAE.*

4. *Aquela lei veio ainda promover a extensão do RERAE, estabelecendo que para além das situações a que se refere o artigo 2.º do RERAE, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º deste decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do RERAE, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 1.º do RERAE, os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.*

5. *Os pedidos de regularização são apresentados à entidade coordenadora ou licenciadora, instruída nos termos do artigo 5.º do RERAE, complementado com os elementos constantes da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, integralmente aplicável aos pedidos de regularização.*

6. *Verificando-se desconformidade da localização das edificações destinada à atividade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE, que os pedidos de regularização devem ser instruídos com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.*

7. *Em 18 de maio de 2017 foi apresentado nesta Câmara Municipal requerimento da D. Maria Clara de Lacerda Morais Coutinho, contribuinte fiscal com o número 151 597 979, empresária em nome individual com domicílio fiscal na Rua de Santa Bárbara, n.º 150 – 3650-081 Touro, requerendo a legalização de um estabelecimento, de que é proprietária, destinado à atividade pecuária de cunicultura (criação de coelhos), em funcionamento há cerca de vinte anos, sito no Lugar do Passarinho, povoação e freguesia do Touro, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º*

Ata N.º 03/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, dado este Município ser a entidade licenciadora da atividade económica em causa, e tratar-se de edificação que nunca foi alvo de licenciamento por parte do Município, embora a requerente seja portadora do Título de Exploração n.º 3.194/2011, emitido pela DRAP do Centro.

8. Aquele processo de licenciamento foi registado nos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) sob o n.º 43/2017, sendo objeto da Informação n.º PL-122, de 22 de maio de 2017, anexa à presente proposta e apensa ao processo, na qual se descreve que o edificado existente está inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Touro sob o artigo 1.475, com área total de 1.470 m2 (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), prevendo a requerente, para além da regularização da exploração nos termos do RERAEE, também a possibilidade da sua alteração ou ampliação, desde que possua o título de exploração válido, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública, considerando que o referido edifício está construído sem área descoberta suficiente para o cumprimento dos índices previstos no artigo 42.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva para as edificações em espaço florestal, não possuindo no entanto a parcela qualquer área incluída em RAN, REN ou Regime Florestal.

9. Nesta conformidade, para que o processo de legalização/regularização do referido estabelecimento de exploração de cunicultura, com eventual alteração e ou ampliação, possa seguir os trâmites previstos no RERAEE, o processo deverá ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, conforme estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAEE.

Assim, face ao exposto, e sem prejuízo dos demais procedimentos considerados necessários para completa regularização do processo de licenciamento, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para submissão à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, que delibere reconhecer o interesse público municipal na regularização do licenciamento do estabelecimento destinado à atividade pecuária de cunicultura (criação de coelhos), sito no Lugar do Passarinho, povoação e freguesia do Touro, inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Touro sob o artigo 1.475, com área de 1.470 m2 (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), em funcionamento há

cerca de vinte anos, propriedade da D. Maria Clara de Lacerda Morais Coutinho, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade gerados pela atividade desenvolvida e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde se insere aquele estabelecimento, caracterizada por uma forte desertificação e migração.”

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita.-----

----- **e) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de Maio e junho de 2017, nos termos do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 01 de maio e 30 de junho de 2017; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de janeiro a 30 de maio, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimento da lista de processos judiciais em curso.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. -----

----- Os Srs. Fernando Félix e José Manuel Correia Alves colocaram algumas questões às quais o Sr. Presidente respondeu e que cujas questões e respostas serão transcritas no texto definitivo da ata.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Havendo publico na sala, o Sr. Presidente da Mesa, nos termos legais, abriu um período para sua intervenção.-----

----- A Sr.^a D. **Maria Manuela Gonçalves Frade Correia**, membro da Direção da Associação Amigos do Pêlo, colocou algumas questões sobre os problemas do canil de Vila Nova de Paiva, apelando ao envolvimento de todos para levar a cabo este projeto, cujas despesas são elevadas e que embora a Câmara colabore com quinhentos e cinquenta euros mensais, não é suficiente para a alimentação dos animais e muito menos para a manutenção daquele espaço. -----

----- Referiu ainda a necessidade de vedação do espaço do canil para que possam albergados mais animais e evitar roubos de material. Disse ainda que há uma

----- Para que conste lavrou-se a presente Minuta da ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

[illegible]